

**Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Núcleo dos Biomas Cerrado e Pantanal**

**Comissão Nacional do
Programa Cerrado Sustentável - CONACER**

Ajuda-Memória Reunião dia 11.09.2007

Abertura

Às 09:30 horas do dia 11 de setembro de 2007, na Sala dos Conselhos do Ministério da Ciência e Tecnologia, em Brasília, foi dado início à Reunião da Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável - CONACER, sob a coordenação de sua Presidente, Sra. Maria Cecília Wey de Brito.

1. Discussão sobre o papel da CONACER

Maria Cecília Wey de Brito (SBF/MMA) iniciou a reunião falando da importância desta data para o Cerrado, e comentando que esta talvez não fosse conforme o regimento, devido à provável falta de quorum. Enfatizou que a Comissão deve avançar numa agenda propositiva, e manifestou sua chateação pessoal com o volume de reclamações e discussões na internet. Disse que gostaria ouvir a todos os membros presentes, e saber de suas inquietações. Por fim, apresentou o Sr. Carcius Azevedo, e falou do convite feito a ele para coordenar o NCP.

Mauro Pires (MMA) iniciou sua fala dizendo ser importante discutir o papel da CONACER no atual governo e conjuntura, e que apesar das atribuições da Comissão estarem no Decreto, ainda assim é necessário que os membros trabalhem na construção de uma agenda propositiva. Comentou que para este ano foi estabelecida uma agenda de trabalho muito forte, principalmente por parte do GEF Cerrado. Mas disse que antes deve-se ter uma visão do que está inquietando a todos, para partir para uma agenda positiva.

César Victor do Espírito Santo (FBOMS/Rede Cerrado) discursou sobre a importância da Comissão e seu processo de criação, até a construção do Programa Cerrado Sustentável-PCS, onde estão as linhas básicas de ação e da CONACER. Comentou que algumas ações do PCS já foram atacadas, como é o caso do GEF, que foi discutido no âmbito da CONACER, mas existem outras iniciativas que deveriam ser mais enfatizadas, como é o caso de Legislação, e que é preciso transformar o que é discutido na Comissão em políticas efetivas. Propôs que todos deveriam se concentrar nos assuntos considerados prioritários e trabalhar nesta agenda, e que se deveria ter um contato maior com o Congresso Nacional, manter relação próxima à frente ambientalista, para que as coisas discutidas na Comissão sejam levadas à diante.

Maria Luiza (MCT) falou da COMCERRADO, e que esta está dando continuidade ao seu processo de construção. Informou que nos dias 18 e 19 de outubro haverá uma reunião para detalhar demandas de pesquisas, orientadas no PCS. Disse ainda que foi encaminhado para o PPA uma nova ação "Apoio à Consolidação da Rede de Pesquisas do Cerrado", mas que infelizmente novas

ações não foram custeadas para 2008. Para 2009-2011 a ação possui recursos. Informou ainda que se tentará arranjar recursos através de fundos setoriais até o fim do ano.

Em seguida propôs que se formassem grupos para estruturar um Plano de Ação para o Cerrado, orientado no PCS. Disse que seria importante primeiro envolver membros com ações já estabelecidas, e depois expandir isso, como foi com o Plano de Desmatamento.

John Landers (APDC) disse estar preocupado com ações para o futuro, e de o Seminário do Agronegócio não ter continuidade. Disse acreditar que a solução para o problema do desmatamento é o pagamento por serviços ambientais, e que nesse seminário seria discutido isso. Falou que o Brasil tem uma lei ambiental excelente, mas que Reserva Legal é um empate de capital imposto sobre o produtor. Disse que o pagamento por serviços ambientais é uma forma de a sociedade reconhecer essa responsabilidade, e que o nível da responsabilidade ambiental do por parte dos agricultores modernos é muito alto. Deve-se saber separá-los dos grileiros, madeireiros e carvoeiros que estão desmatando.

Maria Cecília Wey de Brito (SBF/MMA) informou que vêm sido feitas reuniões na Casa Civil buscando discutir a questão dos biocombustíveis, e recentemente fechou-se uma posição em que será feito um zoneamento agroecológico do território brasileiro. Disse que seria importante se a Comissão acompanhasse esse assunto, como já se teve início na CONABIO.

Informou que no MMA foi criada a Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental-SEMUC, e um de seus passos é desenvolver uma Política Nacional de Mudanças Climáticas, a qual exige o inventário de nacional de emissões de carbono. Disse que foi iniciado um trabalho no MMA, coordenado pela SEMUC e apoiado pela SBF para verificar em face da mudança do uso do solo como é que isso pode ser contabilizado especificamente para os Biomas Amazônia e Cerrado.

Disse ainda que a SBF estará à frente de construir, junto com parceiros, um sistema de monitoramento de mudança do uso do solo no Cerrado, a exemplo do que há para a Amazônia. Logicamente, a metodologia será diferente e deve ser discutida. Possivelmente esse sistema será no âmbito do IBAMA, que possui um centro de monitoramento já instalado.

Por fim, informou que houve uma reunião para a qual foram convidadas instituições com propostas e/ou estudos para UC's no Cerrado, de forma a se resgatar o que já há de trabalhos e partir para uma ação de fortalecimento do SNUC.

Jacobson Luiz (SEDR/MMA) informou que os estados estão preocupados com essa questão da expansão das áreas de biocombustíveis, e que por conta disso muitas demandas estão chegando. Daí a necessidade de o Governo fazer um zoneamento agroecológico dessas áreas. Comentou que isso cria condições para fortalecer o papel da CONACER, mas que deve-se discutir como a Comissão irá se articular com esse projeto.

Fani Mamede (CONTAG) disse que a Comissão tem que estar mais presente, e pensar mais em políticas e ações para as questões do Cerrado, e completou dizendo que gostaria que as reuniões da CONACER fossem mesmo de debate e que se entrasse no detalhamento do PCS e em ações emergenciais, ao invés de ficar somente em palestras.

Em relação ao pagamento de serviços ambientais, informou que houve reuniões do Proambiente para discutir um PL que cria o Pagamento de Serviços Ambientais - PSA. O Deputado Pallocci/PT-SP apresentou um PL informando de onde sairiam os recursos e o Deputado Anselmo/PT-RO outro, este mais na linha conceitual; e o MMA vai apresentar, por meio da Casa Civil, um PL que vai criar a Política e o Fundo (pois este só pode ser criado se for proposta do Executivo) que deverá ser apensado aos outros dois, em um único substitutivo. E a intenção é que ele seja criado ainda este ano. Em relação às reuniões sobre criação de novas UC's, pediu para que fosse analisada a participação do Movimento nas mesmas.

Rodrigo Justus (CNA) disse que a CNA também está preocupada com a questão dos biocombustíveis. Sabe-se que esse é um mercado de consumo externo, e que se não estivermos dentro de uma estratégia de sustentabilidade ambiental, teremos barreiras comerciais em relação aos nossos produtos. Daí a importância de se construir uma agenda positiva, baseada em políticas públicas.

Mencionou que a CNA não é a favor nem contra a PEC Cerrado, por considerar que sua aprovação não trará efeitos práticos. Isso seria simbólico, e que o resultado disso depende dos trabalhos e orientações dessa Comissão, dentro de uma agenda positiva.

Maria Cecília Wey de Brito (SBF/MMA) transcreveu alguns pontos de sua leitura que poderiam ser pontos de partida para essa agenda positiva, e propôs que se trabalhasse sobre eles, de forma a sair desta reunião com uma indicação para CONACER. Sugeriu se estruturar Planos de Ação, e se trabalhar sobre 3 assuntos que foram levantados: 1 - Biocombustíveis; 2 - Monitoramento do Bioma cerrado; 3 - Serviços ambientais.

Mauro Pires (MMA) expôs que, tendo em vista que já há o PCS, o passo seguinte seria, ao invés de fazer um plano de ação de todo o programa, separar temas que sejam prioritários. Sugeriu o tema Legislação, que seria um tema forte para a CONACER. Lembrou que o tema de Monitoramento foi tratado na última reunião da CONACER, onde foi sugerido que este assunto fosse mais discutido.

John Landers (APDC) questionou se neste zoneamento agroecológico será utilizado o sistema de classificação de aptidão de solos da Embrapa, pois esse sistema utiliza somente a declividade como parâmetro para erodibilidade, e não os valores intrínsecos do solo. Disse que a Embrapa havia já concordado em modificar isto, e pediu para a Comissão solicitar a presença de Embrapa Solos para elucidar sobre essa modificação.

Jacobson Luiz (SEDR/MMA) informou que quem está elaborando o Termo de Referência pra este zoneamento é a Embrapa Solos, e reforçou a necessidade da CONACER estar presente nessa elaboração.

Cláudio Ritti (ANA) informou que a questão dos agrobiocombustíveis na ANA também está demandando discussões, e que foram convidados Secretários de Meio Ambiente dos estados onde se prevê sua expansão para uma reunião no fim deste mês. A Sra. Maria Cecília sugeriu de um representante da CONABIO estar presente nessa reunião, se fosse possível.

Maria Luiza (MCT) pediu a manifestação da Comissão em relação ao apoio à COMCERRADO através de uma moção, pedindo a reconsideração sobre ação encaminhada ao PPA.

Josias Miranda (MAPA) sugeriu o carvão vegetal como um tema poderia ser priorizado. Informou que o MAPA fez um estudo sobre desmatamento, destinado à Oficina, onde se levantou que, segundo o IBGE em 2005, foram produzidos 3 milhões de toneladas de carvão vegetal no Cerrado, correspondendo a um desmatamento de cerca de 800 mil ha/ano.

Maria Cecília Wey de Brito (SBF/MMA) comentou que neste mesmo dia estava sendo instalado no âmbito do MMA um grupo de técnico interno para tratar da questão do carvão vegetal. Também colocou para discussão o carvão vegetal como um dos temas prioritários.

Aginaldo Moraes (MI) falou que esse longo período de transição também afetou o MI, inclusive sua articulação interna na CONACER, particularmente na CT responsável por analisar a integração do PAC, PDCO e PCS. Disse que está tendo dificuldades para adquirir informações sobre empreendimentos do PAC no Cerrado. Dessa forma, solicitou a prorrogação do prazo de execução dos trabalhos da CT.

César Victor do Espírito Santo (FBOMS/Rede Cerrado) apoiou a proposta do carvão vegetal, que é assunto urgente. Além disso, citou a questão da Oficina do Agronegócio, e que este assunto é muito importante e deve ser retomado. Quanto às reuniões de união de esforços para a criação de UC's, citadas anteriormente, solicitou que a Rede Cerrado fosse convidada formalmente.

Maria Cecília Wey de Brito (SBF/MMA) colocou à CONACER que havia então 2 assuntos a serem discutidos ainda: o seminário do agronegócio, e os planos de ação, para decidir sobre os temas que poderiam vir a ser prioridade, além da moção ao MCT e à Embrapa Solos.

Mauro Pires (MMA) esclareceu que antes da Oficina propriamente dita seria realizada uma prévia com todos os setores produtivos envolvidos (grãos, setor sucroalcooleiro, silvicultura e pecuária). Isto não aconteceu por se questionar a efetividade de um produto desta natureza, por se correr o risco de, ao se trabalhar uma agenda ampla como esta, correríamos o risco de ter mais um grande documento sem objetividade. Em paralelo surgiu no âmbito do MMA a discussão sobre o zoneamento agroecológico de biocombustíveis. Sugeriu então reduzir o escopo da Oficina, já prevendo os produtos que se almeja, e que o tema fosse sobre os impactos da cana-de-açúcar em áreas de Cerrado que sofrerão sua expansão.

Maria Cecília Wey de Brito (SBF/MMA) adicionou que se fosse para caminhar para uma posição como esta, há também uma sugestão da Bracelpa, que congrega inúmeros produtores de papel e celulose e reflorestadores, que desejam discutir uma agenda com o MMA. Não há ainda uma data prevista, mas deve acontecer ainda esse ano. Como este é outro setor importante para o Cerrado, talvez se pudesse aproveitar a oportunidade e, igualmente à questão da cana, fazer uma abordagem específica sobre o Cerrado.

Jacobson Luiz (SEDR/MMA) disse que outras diretrizes poderiam ser propostas pela CONACER nesse momento para a elaboração dos termos de referência do zoneamento agroecológico. E que a Oficina poderia contribuir para isso, e para outros projetos do MMA. Sugeriu estabelecer datas para se discutir os temas prioritários.

Maria Cecília Wey de Brito (SBF/MMA) esclareceu que a propositura feita por ela e pelo Sr. Mauro *a priori* não substitui a Oficina, por não haver um quorum para se voltar atrás numa decisão colegiada. Dependendo dos resultados dessas agendas sobre a cana-de-açúcar e a Bracelpa, poder-se-ia abandonar a idéia da Oficina mais adiante. Quanto aos Planos de Ação, disse que imaginou que a comissão deveria tê-los com uma certa rapidez, pois já tem conhecimento acumulado o suficiente.

Mauro Pires (MMA) disse acreditar que o tema prioritário mais pujante seria a questão do desmatamento. O Sr. Ricardo Melamed diz que todos os temas sugeridos perpassam pelo tema desmatamento. Sugeriu que se discutisse os vários assuntos colocados na mesa em separado, a fim de concluí-los.

2. Oficina do Agronegócio

A CONACER decidiu por partir para a ação imediata de realizar as reuniões com o setor canavieiro e a Bracelpa, para uma agenda propositiva, sem perder de vista que poderemos ter a Oficina com as características originais decididas pela Comissão, mas já com subsídios dessas duas reuniões setoriais.

3. Carta de apoio ao MCT

A CONACER decidiu pela moção à Ministra Marina Silva, para que ela envie uma carta para o Ministro da Ciência e Tecnologia manifestando o apoio à ação do PPA sobre a Rede de Pesquisas do Cerrado.

4. Carta à Embrapa Solos

Maria Cecília Wey de Brito (SBF/MMA) manifestou achar necessário ter uma leitura mais completa do que foi decidido pelo Conselho Técnico Assessor, por haver a possibilidade de haver outros pontos que podem não ter sido trazidos à Comissão. Sugeriu então só se fazer uma moção após se ter uma idéia do conjunto do que está colocado nessa deliberação.

Ricardo Melamed (MCT) sugeriu, que se marcasse uma reunião com a Embrapa Solos para se conhecer melhor estes critérios.

Maria Cecília Wey de Brito (SBF/MMA) sugeriu chamar uma reunião extraordinária para continuar a discutir os assuntos da reunião de hoje.

A CONACER, após contribuições do Sr. Jacobson Luiz e do Sr. John Landers, decidiu por chamar uma reunião extraordinária, e convidar o Secretário da SEDR-MMA e a Embrapa Solos para apresentarem o escopo do termo de referência sobre o zoneamento agroecológico, bem como para explicar o que está envolvido na modificação da classificação de aptidão de solos para incluir o plantio direto e o manejo agroflorestal.

5. Planos de Ação e Temas

Maria Cecília Wey de Brito (SBF/MMA) esclareceu que não imaginava discutir aqui o que seria um plano de ação, mas que se poderia delimitar a abrangência da nossa ação sob temas, que ou seria um grande tema chamado Desmatamento, ou temas menores, não menos trabalhosos, que são seus componentes já mencionados durante a reunião (agrobiocombustíveis, carvão vegetal, serviços ambientais). E que em todas as eventuais propostas de plano de ação, fosse feito como sugeriu a Sra. Maria Luiza: fazer o resgate das informações contidas no conjunto dos representados aqui.

Aginaldo Moraes (MI) comentou que não vê problema que este assunto seja remetido para a próxima reunião, mas mencionou que o que o preocupa é o lapso temporal, e sugeriu que a reunião extraordinária fosse realizada ainda este mês.

A CONACER decidiu marcar uma reunião extraordinária para a última semana de setembro, entre os dias 26 e 28 (a definir), para tratar de temas que serão objetos de planos de ação, e os demais assuntos decididos na reunião de hoje.

Encaminhamentos:

- 1) Reunião extraordinária marcada para a última semana de setembro, entre os dias 26 e 28 (a definir), para tratar dos seguintes assuntos:
 - Temas prioritários para se transformarem em Planos de Ação;
 - Apresentação por parte do Secretário da SEDR-MMA e da Embrapa Solos sobre o escopo do termo de referência sobre o zoneamento agroecológico, de forma a observar que pontos estão sendo colocados e como a Comissão poderia contribuir, bem como para explicar o que está envolvido na modificação da classificação de erodibilidade e aptidão de solos para incluir o plantio direto e o manejo agroflorestal (enviar convite);
 - Discutir o formato do Seminário do Agronegócio, e acertar agendas propositivas com setores canavieiro e Bracelpa, que darão subsídios ao seminário, caso este venha a ocorrer;
- 2) Encaminhar moção *ad referendum* da CONACER à Ministra Marina Silva, para que ela envie uma carta para o Ministro da Ciência e Tecnologia manifestando o apoio à ação do PPA sobre a Rede de Pesquisas do Cerrado.
- 3) O prazo para a conclusão dos trabalhos da CT responsável por analisar a interação entre o PAC, o PDCO e o PCS é prorrogado até a próxima Reunião Ordinária da CONACER.

Encerramento da Reunião.

ANEXO 1 – Membros presentes na Reunião do dia 11.09.2007

Maria Cecília Wey de Brito – MMA

Jacobson Luiz – MMA

Fani Mamede – CONTAG

Maria Luiza Braz – MCT

Ricardo Melamed - MCT

Srewe da Mata Brito – MOPIC/Rede Cerrado

Hiparidi Top Tiro – MOPIC/Rede Cerrado

César Victor do Espírito Santo – FBOMS/Rede Cerrado

Rodrigo Justus – CNA

John Landers – APDC

Josias Miranda – MAPA

Sueli Sano – Embrapa

Agnaldo Moraes – MI

Outros presentes:

Mauro Oliveira pires – MMA

Carcius Azevedo – MMA

Cláudio Ritti – ANA

Eduardo Oliveira – NCP/SBF/MMA

Avay Miranda Junior – NCP/SBF/MMA

Ionaí Moura – NCP/SBF/MMA

Adriana Bayma – NCP/SBF/MMA

Roseli Senna Ganem – Câmara dos Deputados